

FOLHA COTIDIANO

Serviço de
atendimento ao assinante:
0/xx/11/3224-3090

Tel.: 0/xx/11/3224-3402
E-mail: cotidian@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/3224-2285

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 22 DE ABRIL DE 2001

AMBIENTE *Meta é preservar maior reserva contínua de mata atlântica do país; discussões para enquadrar áreas duraram dez anos*

Litoral de SP ganha zoneamento ecológico

MARIANA VIVEIROS
DA REPORTAGEM LOCAL

Treze anos depois da promulgação da lei que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e sua versão estadual, o governo de São Paulo vai conseguir tirar o zoneamento do litoral, principal instrumento para a concretização do Plano, do papel.

Os principais objetivos são recuperar e proteger os ecossistemas da região costeira do Estado, que incluem a maior reserva contínua de mata atlântica do país.

São 21,5 mil quilômetros de floresta nativa, 22% de tudo o que resta desse tipo de vegetação no Brasil, e onde está uma das mais ricas biodiversidades do mundo — com mais de 200 espécies vegetais ainda não identificadas.

Os principais obstáculos são os problemas sociais — que levam muitas áreas de proteção ambiental a serem invadidas ou convertidas em loteamentos ilegais em razão de uma política de habitação popular deficitária — e a necessidade de uma forte ação municipal para que o zoneamento seja colocado em prática e fiscalizado.

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro apresenta alternativas para promover o crescimento socioeconômico com a manutenção e recuperação da qualidade dos ecossistemas.

Por meio do zoneamento, ele estabelece áreas que devem ser preferencialmente ocupadas, protegidas ou recuperadas.

O principal instrumento municipal para implantação do zoneamento é o Plano Diretor, que deve

seguir as diretrizes propostas no Plano de Gerenciamento Costeiro. Muitas cidades, porém, ainda não têm esse mecanismo bem definido, tampouco estrutura para fiscalizar a devida aplicação das normas estabelecidas.

Divisão

Para o zoneamento, o litoral foi dividido em quatro setores: litoral norte, litoral sul, Baixada Santista e Vale do Ribeira, que exerce sobre o litoral sul uma forte influência por causa do rio Ribeira, que deságua na zona de estuário (encontro do rio com o mar), tida como berçário da vida marinha.

Cada setor tem cinco zonas. Para cada uma delas foram determinados tipos de atividade humana — ocupação do solo, atividades econômicas, imobiliárias e produtivas — permitidos de forma a manter o equilíbrio ecológico e a biodiversidade da região.

O enquadramento de cada área se deu após discussão com os municípios e representantes da sociedade civil, de modo que elas ficassem próximas à realidade.

Dessa forma, a Z5 compreende as cidades consolidadas, como Santos e São Vicente. Nessa zona não há muito o que fazer em termos de preservação porque não há vegetação nativa. A meta, no caso, é melhorar a qualidade de vida, mantendo pelo menos 15% de áreas verdes de uso público.

Na Z4 já é possível impor um certo controle por se tratar de áreas urbanas em expansão, como grande parte de São Sebastião.

Nas Z3 e Z2, a ocupação é majoritariamente de fazendas, cháca-

ras e sítios. Nessas áreas já há mata nativa remanescente.

A Z1 é a área de proteção, onde a ocupação é restrita a comunidades tradicionais e os usos permitidos restringem-se à pesquisa, educação e ao ecoturismo.

“A ocupação desordenada é o principal problema do litoral”, diz o secretário de Estado do Meio

Ambiente, Ricardo Tripoli. Enquanto a população do Estado cresce 2,2% ao ano, cidades litorâneas como Ilha Comprida, Bertiooga e Ilhabela crescem respectivamente 17,7%, 16,1% e 12,2%.

A partir da entrada em vigor do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, todos os empreendimentos, para receberem alvará da

Secretaria de Estado do Meio Ambiente, deverão estar de acordo com as normas de zoneamento.

Isso deve acontecer até junho. Para tanto, o governador Geraldo Alckmin só assina um decreto.

O zoneamento não é retroativo. Nas áreas já irregulares, o intuito é congelar a ocupação, evitando novas construções, e efetivar a

progressiva regularização. O descumprimento da legislação poderá implicar multa de R\$ 1.000 a R\$ 100 mil, interdição temporária ou definitiva, embargo e demolição. As minutas dos decretos para cada setor do litoral passam por avaliação jurídica.

→ LEIA MAIS nas págs. C2 a C4

AMBIENTE Plano estabelece as áreas que devem ser ocupadas, protegidas ou recuperadas, de acordo com os patrimônios natural e cultural

Veja como será o zoneamento do litoral

RAIO X DO LITORAL DE SP

Extensão	Área	Cidades	Habitantes
700 km	27 mil km ²	36	2,06 mi

Ambiente: maior reserva contínua de mata atlântica do Brasil, com 22% do que resta desse tipo de floresta



Vale do Ribeira
Foi incluído no zoneamento porque o rio Ribeira deságua no litoral sul e influencia os ecossistemas. É a região mais pobre do Estado

Litoral sul
Tem grande importância ecológica porque é uma região de estuário — encontro de água doce e salgada considerado berço da vida marinha

Baixada Santista
Por ter a maior concentração urbana, enfrentou mais dificuldades na definição do zoneamento. Houve 65 reuniões, e foram levantados 88 pontos polêmicos

Litoral norte
Apresenta ainda uma grande parte da vegetação nativa preservada em razão das dificuldades naturais de acesso às cidades



Entenda o zoneamento em São Sebastião

- **Zona 1:** Área de preservação para ecoturismo, pesquisa e educação
- **Zona 2:** Área de transição, com presença humana dispersa
- **Zona 3:** Área intermediária, com chácaras, sítios e bairros rurais
- **Zona 4:** Área de expansão urbana, com alteração de vegetação nativa
- **Zona 5:** Cidades consolidadas, com vegetação totalmente modificada

Class. _____
 Data 22/4/2001 Pg C2
 Fonte TSP (cotidiano)
 Documentação

AMBIENTE Municípios enfrentam invasões em áreas de preservação, falta de tratamento de esgoto e inexistência de Plano Diretor

Prefeitos dizem que seguirão zoneamento



Fotos Lalo de Almeida/Folha Imagem

DA REPORTAGEM LOCAL

Mesmo não estando 100% satisfeitos com os termos das minutas dos decretos que estabelecem o zoneamento em cada setor do litoral paulista, os prefeitos das cidades afetadas dizem que vão trabalhar para colocá-lo em prática. Isso significa, em primeiro lugar, aprovar um Plano Diretor municipal que siga as determinações do zoneamento. É preciso ainda fiscalizar a aplicação da lei e, principalmente, desenvolver políticas sociais que impeçam novas invasões e ofereçam alternativas para as famílias que já ocupam áreas irregularmente.

Vale e litoral sul

“Para o Vale do Ribeira, [o zoneamento] é fundamental porque define o uso do solo e norteia as ações da região. Agora a maioria das cidades vai precisar fazer a sua parte e criar e aprovar seus Planos Diretores”, afirma Ney Akemaru Ikeda, secretário-executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

O Comitê reúne todos os prefeitos do Vale e do litoral sul. Ikeda avalia o Plano de Gerenciamento Costeiro como “altamente positivo”, apesar de reconhecer que ele “não ficou do jeito que todos queriam”, especialmente quando restringiu áreas para a agricultura, principal atividade da região.

“O plano vai obrigar os prefeitos a mudar um pouco o foco dos investimentos da área agrícola para a do ecoturismo”, diz. O Vale do Ribeira é a região mais pobre do Estado de São Paulo.

Litoral norte

Ubatuba, no litoral norte, também enfrenta problemas pela falta de um Plano Diretor. “Ele existe, mas não está regulamentado e terá de ser reformulado para se adequar ao zoneamento”, afirma o prefeito Paulo Ramos (PFL).

Segundo ele, além das invasões, a maior preocupação da cidade hoje é a questão do saneamento. “Temos cobrado mais atenção da Sabesp [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo] com o litoral norte e procurado conscientizar os empreiteiros a fazer empreendimentos de qualidade”, afirma.

A vocação da cidade, na visão de Ramos, também é o ecoturismo. Ele afirma acreditar que o Plano de Gerenciamento Costeiro é mais flexível com esse tipo de atividade econômica.

Baixada

“Pouca gente investe hoje se a cidade não tem um gerenciamento costeiro adequado porque o empresário não sabe em que atividade e em que locais pode aplicar o seu dinheiro”, diz o prefeito de Santos, Beto Mansur (PPB).

Segundo ele, a cidade — a maior e mais urbanizada do litoral — enfrenta principalmente a ocupação desordenada de manguezais por favelas e subhabitações.

“Estou comprando barcos para fazer a fiscalização nas áreas ribeirinhas e aparelhando a Guarda Municipal e a Defesa Civil para fazer trabalho de busca de construções clandestinas”, diz Mansur.

Ele ressalta ainda a necessidade de um plano de habitação popular por parte do governo estadual e reclama da demora na aprovação do zoneamento. “A Secretaria [de Estado do Meio Ambiente] tem de bater o martelo”, sustenta.

O Plano Diretor de Santos foi criado em 99, quando começaram as discussões do zoneamento na cidade e, segundo Mansur, está de acordo com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

A situação é parecida em São Vicente. Embora o Plano Diretor, de 99, esteja em conformidade com o zoneamento, a prefeitura reconhece a existência de 27 núcleos de ocupação irregular na cidade, entre favelas e loteamentos.

Segundo Marco Antonio Villela, diretor de obras do município, desde 97 existe um grupo de controle de invasões atuando na cidade, e a saída está sendo a reurbanização e a regularização fundiária das áreas invadidas.

Para tanto a prefeitura recorre a financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a programas da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

(MARIANA VIVEIROS)

“Nas reuniões, servimos de biombo”

DA REPORTAGEM LOCAL

De um lado, prefeitos que ainda pensam em desenvolvimento exclusivamente como urbanização, construção de estradas e de fábricas; a construção civil, que quer garantir os lucros do mercado imobiliário; e o setor industrial, que quer ampliar sua produção, ocupando novas áreas.

Do outro lado, ambientalistas que ainda confundem o conceito de proteção da natureza com o de isolamento total e esquecem a importância do componente humano nos ecossistemas.

No meio desse fogo cruzado, os técnicos da Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), tentando fazer interesses conflitantes de inimigos históricos chegarem a um consenso (ou perto disso).

“Nosso papel foi muito servir de biombo mesmo, para eles não se atacarem. Os radicalismos são iguais, cada um quer defender seus interesses e, muitas vezes, esquece o coletivo”, diz José Antonio Nunes, coordenador de Pla-

nejamento Ambiental da Sema. “Havia áreas em que o município previa expansão, e os ambientalistas queriam preservar. Os órgãos de infra-estrutura do Estado tiveram muito conflito com os ambientalistas, os municípios da Baixada queriam ampliação do porto”, conta Elzira Dea Alves Barbour, diretora do Departamento de Planejamento Ambiental Aplicado, que coordenou a discussão na Baixada Santista.

A dificuldade de conciliação explica, de acordo com Nunes, a demora do processo de zoneamento, cujas discussões começaram em 1991 e estão terminando agora — dez anos depois.

No total, foram realizadas 116 reuniões com representantes do governo do Estado, das prefeituras, de sindicatos, ONGs e da Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

Chegar a um denominador comum foi mais difícil na Baixada Santista: 65 reuniões, um seminário, 12 vistorias externas e 88 pontos de conflito depois, chegou-se

finalmente a um acordo. A explicação é o fato de a região ser a mais intensamente urbanizada.

No Vale do Ribeira, onde a discussão começou, o processo foi mais tranquilo e já está concluído. “A região vive uma situação muito peculiar. Em razão da sua carência, o Estado sempre esteve mais presente lá. Os prefeitos são mais conformados”, diz Nunes.

Garantia

“A participação de todos na elaboração do zoneamento é fundamental para garantir que ele funcione; que as prefeituras apliquem, e a sociedade civil cobre”, defende o secretário de Meio Ambiente, Ricardo Tripoli.

Em muitos municípios, a Sema está voltando a conversar com os prefeitos, que foram eleitos no ano passado e, por isso, não participaram das reuniões.

Nunes afirma, porém, que não encontra muitos problemas porque os técnicos que discutiram o assunto são quase sempre os mesmos. (MV)



Região do mangue na Vila dos Pescadores, em Cubatão (SP)



Vista do morro do Barbosa, na Baixada Santista, que é importante reserva de mata atlântica nativa

Morro do Barbosa foi alvo de polêmica

DA REPORTAGEM LOCAL

É o lugar onde o padre Anchieta teria morado e onde está a bica (nascente de água) na qual ele teria batizado os índios. Diz o costume popular que quem bebe da bica não sai mais de São Vicente.

O morro do Barbosa, bem no centro da primeira vila brasileira, na Baixada Santista, é também uma importante reserva de mata atlântica nativa.

Por outro lado, abriga grandes casas, construídas há mais de 50 anos, quando a legislação ambiental ainda não existia.

Os elementos são perfeitos para uma grande polêmica. Na discussão das áreas do zoneamento na Baixada, o morro do Barbosa virou um dos muitos pontos de conflito.

Ambientalistas, preocupados

com os patrimônios ambiental e cultural, queriam que o morro fosse Z1 (onde não é permitido nenhum tipo de ocupação, apenas ecoturismo e pesquisa).

Uma das justificativas era a presença de espécies vegetais endêmicas (que só existem naquela região) na área.

A maioria, entretanto, achava absurda a restrição, uma vez que o morro está no meio de uma área densamente ocupada e urbanizada e ocupada — uma Z5 — e abriga ele próprio habitações consolidadas.

“Classificar tudo como Z1 iria contra o conceito do zoneamento”, diz José Antonio Nunes, coordenador do projeto. Mas não foi fácil convencer as entidades ambientais.

Várias visitas foram feitas ao local, e a solução encontrada foi dividir o morro em zonas diversas. O topo, onde está uma grande bandeira do Brasil, acabou como área de proteção (Z1), enquanto o resto teve menor restrição para novas ocupações (Z3 e Z4). (MV)

AMBIENTE Reivindicações incluem proibição da mineração, mudanças nas zonas e garantia de saneamento para novos loteamentos

ONGs questionam divisão no litoral norte

DA REPORTAGEM LOCAL

Proibição da mineração, exigência de implantação e execução prévia de tratamento de esgoto para novos empreendimentos imobiliários, inclusão dos mangues e várzeas em Z1, enquadramento de praias com grandes percentuais de mata nativa em zonas de ocupação mais restrita.

Essas são algumas das reivindicações feitas por um grupo de oito ONGs da região de Ubatuba em relação à minuta do decreto que implanta o zoneamento ambiental no litoral norte de São Paulo.

A região é, dos setores costeiros, a que possui a maior reserva de mata atlântica, mas vem sofrendo uma grande pressão imobiliária nos últimos anos. Além disso, quase todo o esgoto produzido pelos seus cerca de 224 mil moradores não recebe tratamento.

"Como as ONGs não participaram desde o início do processo, por falta de articulação, o decreto se voltou muito para o lado da construção civil. Como está não pode ficar", diz Elci Camargo, advogada da Fundação SOS Mata Atlântica, uma das entidades que assinam a "carta de sugestões".

Ela cita o caso da região de mangue de Itamambuca, em Ubatuba, que mantém alto nível de preservação do ecossistema e onde a construção de casas foi proibida por uma ação judicial.

Classificada no zoneamento como Z4 (área de expansão urbana, em que até unidades industriais são permitidas), a área deveria ser, na opinião dos ambientalistas, no máximo, uma Z2 —onde 75% da vegetação nativa tem de ser preservada e são permitidos

apenas sítios e chácaras.

"Há quase dez anos, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente [Sema] contratou grupos que reuniam urbanistas, engenheiros, biólogos, sociólogos e sanitaristas para fazerem o zoneamento do litoral norte. As ONGs não participaram mesmo", diz o arquiteto José Carlos Isnard Ribeiro de Almeida, que fez parte do projeto.

Almeida é conselheiro do Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e representante do órgão no Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Ele considera que o Plano de Gerenciamento Costeiro é "melhor do que nada", mas observa falhas também apontadas pelos ambientalistas.

"Os decretos dos diversos setores mudam muito pouco e, às vezes, não se adequam à realidade de cada região. A mineração, por exemplo, pode ser permitida no litoral sul, onde há calcário, mas, no litoral norte, vai significar devastação", afirma.

Sobre a questão do saneamento, o arquiteto diz que não havia nenhuma restrição legal à construção de condomínios sem tratamento de esgoto. "O zoneamento impõe restrições, e é preciso que o poder público faça a sua parte."

As sugestões de mudanças na minuta do decreto foram enviadas pelas entidades à Sema em setembro do ano passado.

"Tudo vai ser levado em consideração", afirma o secretário Ricardo Tripoli. "Pode ser até que haja descontentamento, mas é melhor ter algumas regras a não ter nenhuma." Falta ainda uma audiência pública no litoral norte. (MARIANA VIVEIROS)



O empreendimento Riviera de São Lourenço, um condomínio de alto padrão entre a praia de mesmo nome e a rodovia Rio-Santos

Migração ocorre com maior força no litoral de SP

FAUSTO SIQUEIRA
 DA AGÊNCIA FOLHA, EM SANTOS

Os alvos do mais intenso fluxo migratório registrado em São Paulo nos últimos cinco anos são três cidades do litoral. A expansão populacional fez desses municípios os únicos do Estado a figurar entre os 50 com as maiores taxas médias de crescimento no país, segundo dados do IBGE.

De acordo com os resultados preliminares do censo 2000, Ilha Comprida, no litoral sul, ocupa o 11º lugar no ranking nacional de crescimento da população, com uma taxa média anual de 17,78%. Bertioga, na Baixada Santista, é a 16ª (16,11%) e Ilhabela (litoral norte), a 48ª (12,18%).

No ranking, os três municípios são os únicos do Sudeste em um universo no qual predominam localidades das regiões Norte (28 cidades) e Centro-Oeste (11).

Taxas tão elevadas de crescimento populacional fizeram, em cinco anos (de 96 a 2000), o número de habitantes nas três cidades paulistas aumentar mais que a metade (Ilhabela) ou quase dobrar (Ilha Comprida), segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De 4.334 habitantes em 1996, Ilha Comprida saltou para 6.608 em 2000 (92,42% a mais). No mesmo período, o "boom" populacional de Bertioga ampliou em 81,76% o total de habitantes da cidade (de 17.002 para 30.903). Os 13.100 de Ilhabela em 1996 se transformaram em 20.744 em 2000, um acréscimo de 58,35%.

A pesquisadora Rosana Baeninger, do Nepo/Unicamp (Núcleo de Estudos da População), diz que a migração rumo ao litoral é uma tendência dos anos 80 em São Paulo e está relacionada à expansão da atividade turística.

Segundo ela, a proliferação de casas de veraneio e condomínios destinados a pessoas de alta renda cria uma demanda de serviços que atrai migrantes de outros Estados, em especial nordestinos.

Estabelecida uma corrente migratória, segundo ela, os fluxos futuros deixam de ser motivados exclusivamente pela busca do emprego e passam a refletir o vín-

culo entre migrantes antigos e seus familiares, que ficaram nas regiões de origem.

Por isso, Baeninger alerta para a necessidade de os municípios adotarem ações adequadas, a fim de se evitar a desorganização do espaço urbano.

A demógrafa Nilza de Oliveira Martins Pereira, do Departamento de População e Indicadores Sociais do IBGE, aponta ainda uma tendência de procura do litoral por moradores das capitais da região Sudeste em busca de melhor qualidade de vida.

Segundo Nilza, fenômeno semelhante —porém não tão acentuado— ocorre com pequenas cidades litorâneas do Espírito Santo (Piúma, Guarapari, Maratáizes) e do Rio de Janeiro (Rio das Ostras, Armação de Búzios).

Para as prefeituras de Ilha Comprida, Bertioga e Ilhabela, o crescimento das populações locais não é tão acentuado quanto informam os números do IBGE devido a distorções resultantes de supostas falhas na coleta de dados efetuada pelo instituto em 1996.

"O levantamento de 96 falseia a realidade. Esse aumento de 92% é irreal. Nossos números apontam um crescimento de 45%", afirmou Roberto Luiz Silva Júnior, assessor de Planejamento da Prefeitura de Ilha Comprida.

Segundo ele, em 96, recenseadores classificavam como casas de veraneio todas as moradias onde não havia ninguém no momento da coleta dos dados. "Isso aconteceu muito no litoral."

A diretora municipal de Planejamento de Ilhabela, Cristiana Isola, aponta defasagem nos 13.100 moradores que o IBGE atribuiu à cidade em 96. "Na época, já havia 17 mil. Pela informação do IBGE, parece que o crescimento é vertiginoso. Mas não é tão acentuado assim."

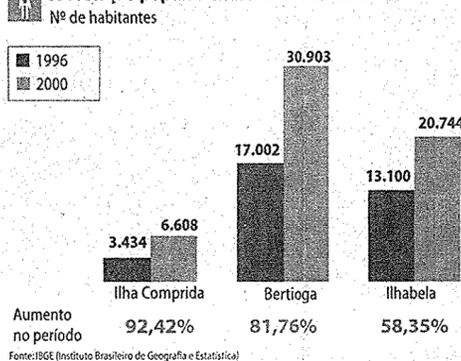
A assessoria do IBGE informou que um dos objetivos da contagem populacional de 1996 foi justamente atender a demanda das prefeituras, que contestavam dados do censo de 1991. De acordo com o instituto, os recenseadores recebem treinamento e obedecem a critérios técnicos a fim de se evitar distorções.

OS 50 MUNICÍPIOS QUE MAIS CRESCERAM

Taxa média de crescimento anual (em %), entre 1996 e 2000

Município	%	Município	%
1º Burity (RO)	28,97	26º Brejo do Piauí (PI)	15,08
2º Cujubim (RO)	28,34	27º Presidente Figueiredo (AM)	14,70
3º Juruá (AM)	25,32	28º Querência (MT)	14,57
4º Sapezal (MT)	23,63	29º Itupiranga (PA)	14,54
5º Rorainópolis (RR)	23,37	30º Altamira do Maranhão (MA)	14,47
6º Tabaporá (MT)	22,49	31º Canutama (AM)	14,43
7º Rio Preto da Eva (AM)	20,41	32º Águas Lindas de Goiás (GO)	14,42
8º Campos de Júlio (MT)	18,54	33º São Francisco do Guaporé (RO)	14,40
9º Trairão (PA)	18,45	34º Iracema (RR)	14,11
10º Ulianópolis (PA)	18,41	35º Lajeado (TO)	13,80
11º Ilha Comprida (SP)	17,78	36º Cumarú do Norte (PA)	13,62
12º Primavera do Leste (MT)	17,36	37º Bonfim (RR)	13,33
13º Cachoeira do Piriá (PA)	16,48	38º Cutias (AP)	13,20
14º Careiro (AM)	16,45	39º Aripuanã (MT)	13,16
15º Campo Novo de Rondônia (RO)	16,18	40º Japurá (AM)	13,16
16º Bertioga (SP)	16,11	41º Chui (RS)	13,01
17º Formosa da Serra Negra (MA)	15,93	42º Breu Branco (PA)	12,94
18º IPIXUNA DO PARÁ (PA)	15,90	43º Novo Progresso (PA)	12,55
19º Feliz Natal (MT)	15,87	44º Buriticupu (MA)	12,46
20º Capixaba (AC)	15,72	45º Campo Verde (MT)	12,40
21º Cotriguaçu (MT)	15,55	46º Eldorado dos Carajás (PA)	12,29
22º Pedro do Rosário (MA)	15,54	47º Palmas (TO)	12,22
23º Aragonias (TO)	15,32	48º Ilhabela (SP)	12,18
24º Nova Mutum (MT)	15,29	49º Ibiçoba (BA)	12,11
25º Marcação (PB)	15,28	50º Faro (PA)	12,00

A evolução populacional nas três cidades



Ilhabela vai criar cadastro para trabalhador

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SANTOS

O município de Ilhabela (217 km de São Paulo) decidiu iniciar um cadastramento dos trabalhadores locais com a finalidade de conter os efeitos da violência decorrentes da intensa migração, de acordo com a presidente da Associação Comercial, Heloíza Lacerda Franco.

"Ocorreram vários delitos na ilha cometidos por trabalhadores regulares que eram foragidos da polícia. Com o cadastramento, queremos afugentar os maus ele-

mentos", explicou.

A intenção é fazer com que comerciantes e empresários evitem contratar funcionários que não apresentem a carteirainha com foto, nome, número de RG e filiação fornecida pela associação.

Apesar das mudanças, de acordo com a empresária, não há exigência de comprovação de residência na cidade.

Segundo ela, entre um candidato à vaga de emprego com carteirainha e outro sem, o empregador escolherá o primeiro. Antes da confecção da carteira, os dados do

Novo morador tenta melhorar qualidade de vida

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BERTIOGA

Margareth Doty Campoi, 45, e Alexandre Pacifico, 22, não se conhecem, pertencem a estratos sociais diferentes, têm trajetórias e aspirações distintas, mas mudaram para Bertioga apostando numa vida melhor que em suas cidades de origem.

Há seis anos, ela deixou Osvaldo Cruz (662 km a noroeste de São Paulo) com o então marido e os quatro filhos e fixou residência na Riviera de São Lourenço, um condomínio de alto padrão entre a praia de mesmo nome e a rodovia Rio-Santos. "Tomamos a decisão com a perspectiva de ter melhor qualidade de vida", afirmou Margareth.

Pacifico chegou há seis meses, atrás de emprego e fugindo da violência da periferia de São Paulo. Cobrador de lotação na linha Conjunto Alameda-Arthur Alvim, na região de Itaquera (zona leste da capital), ele já foi sequestrado por homens armados no veículo em que trabalhava.

"Na lotação, vivia o dia-a-dia da violência. Muitos colegas de trabalho morreram em assaltos", disse o ex-cobrador.

Para ambos, a mudança significou reestruturar a vida. Norte-americana, no Brasil há 27 anos, Margareth Campoi passou a dar aulas de inglês e montou uma loja de sapatos no shopping da Riviera.

No início, segundo ela, o ex-marido, médico conceituado em Osvaldo Cruz, foi obrigado

a trabalhar como plantonista em hospitais da Baixada Santista. "A carga de trabalho não diminuiu, mas a qualidade do tempo livre dele melhorou muito. As horas de folga passaram a ser de sossego, praia e pescaria. No interior, onde todo mundo se conhece, o telefone tocava o tempo inteiro."

Alexandre Pacifico decidiu seguir o exemplo do irmão —em Bertioga há cinco anos—, com quem passou a morar. Uma semana depois de chegar, conseguiu se empregar como vigilante noturno em um condomínio de luxo na praia de Boracéia.

O ex-cobrador já fez dois cursos de qualificação para o que pretende transformar em sua nova carreira —básico de segurança e de segurança no transporte de valores.

"Hoje, sinto-me mais cidadão. No lotação, convivia com a violência e não tinha benefício nenhum. Aqui, ando de ônibus sossegado e tenho registro em carteira", declarou.

Bertioga ocupa uma área de 419 km² na região do litoral norte do Estado de São Paulo. Existe um hospital com 32 leitos para atender sua população de 30.903 pessoas.

Segundo dados preliminares do Censo 2000, desse total de habitantes, 16.003 (52%) são homens, e 14.900 (48%), mulheres. Cada domicílio tem, em média, 3,48 pessoas residentes permanentes.

A escolaridade de cada habitante, em média, equivale a 4,7 anos de estudo. De acordo com o IBGE, existem nove estabelecimentos de ensino pré-escolar, 16 escolas de ensino fundamental e quatro colégios de ensino médio. (FS)

Parentes
 Segundo a diretora de Planejamento, os novos migrantes são